

## **A SOCIABILIDADE CAPITALISTA E SUA INTERFACE COM O PATRIARCADO**

Diana de Almeida Bini de Jesus, Pedagoga;  
Edna Aparecida Guido, Assistente Social;  
Gabriella Marcondes do Amaral, Psicóloga;  
Lívia Maria Silveira, Assistente Social;  
Mestrandas do Programa de Mestrado Interdisciplinar Sociedade e  
Desenvolvimento, UNESPAR/*Campus* de Campo Mourão.

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a relação entre a sociabilidade capitalista e a sua interface com o patriarcado. A proposta é discutir sobre a dominação patriarcal e a exploração capitalista, que se expressam cotidianamente nas relações sociais. Estes valores que caracterizam de forma estrutural, a formação do sujeito e sua relação com o meio, são legitimados no imaginário social a partir de construções socioculturais, reproduzidas através de instituições sociais regulativas e operativas, a saber: a família, a igreja e o Estado. A presente discussão considera a historicidade bem como os determinantes econômicos que interferem diretamente nos processos sociais.

### **MATERIAIS E MÉTODOS**

Este resumo é resultado das leituras e discussões realizadas durante a disciplina de “Interseccionalidade e Políticas Públicas: do debate acadêmico às práticas sociais” desenvolvida no “Mestrado Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento” da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), *Campus* de Campo Mourão/PR. Para a elaboração do presente trabalho, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e enquanto método, o materialismo histórico dialético.

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Considerando o processo histórico, é possível identificar as características do patriarcado e sua inter-relação com o desenvolvimento do sistema capitalista. A escritora Zuleika Alambert em sua obra “Feminismo: O ponto de Vista Marxista” (1986) descreve que na antiguidade, o patriarcado foi sustentado por várias teorias sobre as naturezas antagônicas e intrinsecamente imutáveis do feminino e masculino. Tal pensamento foi oriundo dos homens, das

filosofias e das ciências, considerando que as próprias mulheres estavam impossibilitadas do acesso ao conhecimento produzido socialmente onde eram excluídas de qualquer espaço intelectual. Uma das faces do patriarcado, que se perpetua e se reatualiza até os dias de hoje é a violência, onde na Roma Antiga como exemplo, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos.

Conforme Contarato (2016) e Alambert (1986), na idade média a ideologia dominante manteve as configurações tradicionais sobre a concepção da mulher. São Tomás de Aquino definia a mulher como ser acidental e falho, desta forma, não possuía autoridade alguma sobre si. Pela própria natureza seria inferior ao homem em força e dignidade, sendo que o homem é quem deve dominar sua capacidade de discernimento e inteligência. Embora as mulheres tenham exercido papel fundamental que contribuiu para o fim do sistema feudal, não há menção dos intelectuais da burguesia sobre essa atuação, havendo assim, uma perpetuação de preconceitos elaborados em relação a mulher com a manutenção de uma ordem natural e uma justificativa de inferioridade biológica.

Na breve contextualização acima, evidencia-se a diversidade da história ocidental no que se refere a posição das mulheres em vivências e contradições do patriarcado, não sendo possível entender o conceito como uma ideia unitária ou totalizante, sendo a única característica comum (mas não igual) a modalidade de dominação masculina (Machado, 2000).

Segundo Saffioti (2004), o patriarcado foi se estruturando ao longo do tempo, enraizando-se na sociedade de maneira naturalizada, sendo que seu fortalecimento aconteceu a partir da produção da propriedade privada. Trata-se, portanto, de uma ideologia com base no sistema capitalista, e por isso presente em todos os lugares sendo um fenômeno global.

O modo de produção capitalista usa métodos para dominar e explorar a classe trabalhadora. Essa exploração pode ser observada tanto no âmbito econômico quanto no âmbito social. Além de ser um sistema exploratório por natureza, o capitalismo também faz com que a sociedade aceite como naturais os processos de dominação e exploração, mantendo assim a classe trabalhadora presa à lógica capitalista. Uma vez que a mesma depende da venda

de sua força de trabalho para sobreviver, acaba por sair do processo de produção da mesma forma que ingressou, “como mera força de trabalho, como fonte pessoal de riqueza que se realiza como riqueza para os outros” (Carvalho; lamamoto, 2011 p.53).

O capitalismo utiliza e se apropria de processos socioculturais já instituídos previamente, como o patriarcado e o racismo, para legitimar a dominação e exploração de determinados grupos sociais. Isto acontece porque o sistema capitalista marginaliza esses grupos, considerados naturalmente inferiores, em relação ao grupo dominante.

Em síntese, o patriarcado é um caso específico de relações que se configuram a partir da dominação e da exploração de homens sobre as mulheres. Neste contexto, as relações são desiguais e hierárquicas tanto no espaço privado (família), quanto no espaço público das relações civis, permeando a política, a religião, a cultura, o direito, o trabalho e a escola. A dominação masculina se evidencia cotidianamente, sendo naturalizada por meio de discriminações, separações de espaços e papéis sociais delegados ao masculino e ao feminino, além da inferiorização e sua face mais cruel: a violência.

As instituições sociais podem ser denominadas também como construtoras de relações sociais obrigatórias que influenciam a formação e a sociabilidade do sujeito durante toda a sua vida. Nesse ínterim, é importante ressaltar que essas instituições possuem regras que são impostas a todas as pessoas. Todas e quaisquer instituições possuem estruturas estabelecidas, sedimentadas e de caráter normativo voltado ao controle social. Também possuem características que são coercitivas, de autoridade moral, objetividade e exterioridade.

Nesse sentido, existem dois tipos de instituições sociais, as regulativas e as operativas. Tratando-se das instituições regulativas, pode-se mencionar a família, a igreja e a escola, que tem como objetivo garantir uma regulação coercitiva com relação aos valores e a moral coletiva. Sobre as instituições operativas conta-se com o Estado e os contratos sociais, que atuam a partir do

estabelecimento de acordos e fundamentos, ou seja, operam sobre os indivíduos de forma clara e objetiva por meio das leis que regem o país.

Uma relação social denomina-se "relação associativa" quando e na medida em que a atitude na ação social repousa num ajuste ou numa união de interesses racionalmente motivados (com referência a valores ou fins). A relação associativa, como caso típico, pode repousar especialmente (mas não unicamente) num acordo racional, por declaração recíproca. Então a ação correspondente, quando é racional, está orientada: a) de maneira racional referente a valores, pela crença no compromisso próprio, b) de maneira racional referente a fins pela expectativa da lealdade da outra parte (Weber, 1999, p. 25).

Historicamente, tem-se a família como a primeira instituição que estabelece contato com o sujeito. No Brasil, a família se organiza através de valores socioculturais e históricos, legitimados pela legislação e que é enviesada por concepções patriarcais. Atualmente, com tantas transformações societárias, pode-se perceber avanços e alterações com relação à constituição dos vínculos familiares, bem como na composição das famílias. Todavia, conserva-se resquícios que antecedem a contemporaneidade e reforçam os papéis de homens e mulheres dentro das famílias, enquanto instituição responsável pela formação do sujeito inserido em um meio social.

A sociedade se faz na totalidade das relações sociais, partindo da conjugação dos movimentos dos(as) sujeitos(as) que nela se inter-relacionam e a transformam de forma constante. Segundo Fernandes (2005), a dimensão concreta da vida é o desenvolvimento histórico das condições dos meios produtivos de vida das pessoas. Assim, compreende-se que o modo de vida dos(as) sujeitos(as) é atravessado por fatores concretos e de ordem imaterial.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente discussão torna-se relevante uma vez que a problemática apresentada se manifesta em diversos espaços, relações e contextos sociais. Compreende-se que a dominação patriarcal e a exploração capitalista, resultam em determinações sociais que atravessam a vida cotidiana de homens e mulheres por meio de padrões de masculinidade e feminilidade dominantes. Deste modo, buscou-se promover reflexões sobre a manutenção do patriarcado

enquanto cultura que se estrutura e fortalece por meio dessas relações e da produção da propriedade privada, incidindo em violências que são naturalizadas, como a precarização do trabalho e a marginalização de determinados grupos sociais, destacando-se aqui as desigualdades de classe, gênero e raça.

## **REFERÊNCIAS**

ALAMBERT, Z. **Feminismo: O ponto de Vista Marxista**. São Paulo: Nobel 1986.

CARVALHO, R; IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2011.

CONTARATO, T. S. R. “Homem” e “Mulher” numa **Visão Tradicional Segundo Tomás de Aquino**. *Numen*, [S. l.], v. 18, n. 2, 2016. DOI: 10.34019/2236-6296. 2015.v18.22000. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/22000>. Acesso em: 20 maio. 2024.

FERNANDES, Idília. **A dialética das possibilidades: a face interventiva do Serviço Social**. *Revista Virtual Textos & Contextos*, nº 4, dez. 2005. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/277748414\\_18\\_A\\_dialetica\\_das\\_possibilidades\\_a\\_face\\_interventiva\\_do\\_Servico\\_Social](https://www.researchgate.net/publication/277748414_18_A_dialetica_das_possibilidades_a_face_interventiva_do_Servico_Social). Acesso em: 05 jan. 2024.

MACHADO, L.Z. (2000). **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** In: Sociedade Brasileira de Sociologia (Ed.) *Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência*. Brasília: SBP.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. São Paulo: Universidade de Brasília, 1999.